

O BRASIL DE FH

Tentando superar a sua falta de legitimidade popular, Sarney formou um governo que na verdade era um pouco menos conservador que o imaginado por Tancredo Neves — um passo caracteristicamente brasileiro. Mas sua Presidência foi fraca e errática. Quando assumiu o governo, a inflação era superior a 200%; no fim de seu mandato, uma série de tratamentos de chique e planos de emergência malogrados haviam resultado em uma inflação próxima de 2.000%.

O fim da década de 80 foi uma época de recessão econômica e crescentes tensões sociais. Em 1988 foi adotada uma nova Constituição, com salvaguardas mais democráticas que as existentes até então, mas, quanto ao resto, caustica e incoerente.

Em 1989, quando se realizaram as primeiras eleições diretas para presidente, sob a nova Constituição, o resultado foi uma competição renhida entre a esquerda, representada por Luiz Inácio Lula da Silva — ex-metalúrgico e líder sindical — e a direita, na forma de um playboy demagogo de uma das mais antigas e ricas famílias políticas do País, Fernando Collor de Mello. Graças ao grande apoio que recebeu do império televisivo Globo, que controlava 70% dos telespectadores, e ao seu poder de apelo carismático sobre os pobres não-organizados, Collor venceu Lula no segundo turno.

Seu discurso de posse, redigido por José Guilherme Merquior, o intelectual liberal mais talentoso de sua geração — muito conhecido como diplomata em Londres — prometeu a remoção de boa parte dos controles estatais, a liberação do espírito de liberdade e do empreendimento individual, com a devida preocupação pelos menos favorecidos. A hora do neoliberalismo latino-americano, em harmonia com a ascensão de Carlos Salinas de Gortari ao poder no México, de Carlos Menem na Argentina e Alberto Fujimori no Peru, parecia ter chegado ao Brasil.

Entretanto, mais uma vez, uma experiência típica do continente entrou em curto-círculo no Brasil. Collor começou a baixar impostos,

a privatizar empresas públicas e a reduzir as folhas de pagamento burocráticas. Mas sua tentativa de vencer a inflação congelando os depósitos bancários produziu resultados mais caóticos que os da época de Sarney: criou antagonismo com os cidadãos abastados, sem promover a estabilização. Uma briga de família em seu feudo, Alagoas, subitamente revelou uma trilha monumental de corrupção oficial, até pelos tolerantes padrões locais: fundos ilícitos no valor de US\$ 200 milhões, extorquidos para clientelismo político e ostentação pessoal. Como a campanha eleitoral de Collor se baseava na promessa de erradicação da corrupção, essa pilhagem desavergonhada deixou atônitos até seus seguidores mais próximos.

Com a intensificação das acusações, Collor se apresentou pela TV e exortou o povo a demonstrar apoio patriótico ao seu presidente, usando as cores nacionais, o verde e o amarelo. No dia seguinte, as cidades estavam vestidas de preto. Uma quinzena depois, ele estava fora do cargo. A democratização converteu-se em ambigüidade e confusão, e a liberalização terminou em farsa. Em 1992, quando Collor foi ejetado do poder, o País dava a impressão de ter-se desviado da tendência do momento, mais uma vez. Enquanto a Argentina, o Uruguai, o Chile, o Peru e o México atraíam grande publicidade em vista de sua recuperação econômica sob a disciplina neoliberal, o Brasil continuava a se debater no pântano inflacionário, aparentemente sem direção.

Dois anos depois, o cenário inesperadamente parecia diferente. A economia brasileira continuou a se diversificar, em meio à espiral inflacionária da última década e às profundas recessões de 1981/83 e 1988/90. O estoque-capital foi modernizado, a produtividade cresceu e as exportações aumentaram, passando de cerca de US\$ 3 ou 4 bilhões por ano, em 1981, para cerca de US\$ 25 bilhões este ano. O resultado foi um saldo positivo na balança comercial e reservas substanciais. Perto de meados da década de 90, o peso objetivo do País na nova ordem global alterou-se. Mais rico e forte que a Rússia, o Brasil parece prestes a atingir o nível de grande potência, tendo atingido um ponto do qual jamais se havia

aproximado no passado, apesar de sua retórica inflamada.

E, pela primeira vez na sua história, o País elegeu um presidente inequivocamente capaz de incluí-lo no mapa mundial. Quando assumiu a Presidência, em janeiro, Fernando Henrique Cardoso, sem dúvida, será, do ponto de vista intelectual, o mais sofisticado chefe de Estado contemporâneo.

Na América Latina, a contar da época de Sarmiento ou Nabuco, os escritores e eruditos tradicionalmente tiveram um papel importante no cenário político. A ambição de Mario Vargas Llosa de governar o Peru é um episódio recente. Rómulo Gallegos, outro escritor, foi o primeiro presidente eleito da Venezuela após a guerra. O atual ministro das Relações Exteriores da Argentina, Guido di Tella, distinto historiador econômico, é antigo membro do Conselho de

mentre ligado nos dez anos subsequentes — fazia parte da "linha auxiliar", como eram chamados esses simpatizantes. Entretanto, a instituição para a qual trabalhou teve maior influência sobre ele que sua filiação ao partido.

A Universidade de São Paulo foi fundada, em 1934, por um grupo de oligarcas liberais, liderados pelo herdeiro da dinastia de jornalistas da Cidade, Julio de Mesquita Filho. Naquele tempo havia forte influência cultural alemã e italiana no Brasil — refletindo não só a importância das duas comunidades de imigrantes mas também o crescente prestígio do fascismo europeu, que inspiraria o autoritário Estado Novo de Getúlio Vargas, três anos mais tarde.

Os liberais paulistas, decididos a criar uma instituição de alto padrão intelectual, queriam atrair professores europeus. Para lecionar matemática, ciências naturais e clássicas, queriam contratar os italianos e alemães. Mas para ensinar ciências sociais e filosofia, áreas nas quais estavam em jogo questões políticas, escolheram professores franceses, confiantes de que eles sustentariam os valores democráticos. Para tanto fizeram um convênio com a França.

O arranjo produziu frutos históricos: uma série de grandes nomes franceses que, antes de se tornar conhecidos no mundo inteiro, integraram o corpo docente da Universidade São Paulo: Claude Lévi-Strauss, Fernand Braudel, Pierre Monbeig, Roger Bastide, Claude Lefort, Michel Foucault. A marca local mais profunda foi deixada na área de filosofia, na qual um grupo de instrutores de destaque treinou uma geração de pensadores, vivamente lembrados em uma obra recente de Paulo Eduardo Arantes: *Um Departamento Francês no Ultramar*. Por volta do fim da década de 50, esse meio intelectual

passou a se interessar por Marx cada vez mais — o que não deve causar surpresa.

Em 1958 um grupo de jovens intelectuais de disciplinas diferentes — incluindo Fernando Henrique, da área de sociologia; Paul Singer, da economia; José Artur Giannotti, da filosofia; e Roberto Schwartz, da literatura — iniciaram um seminário sobre *O Capital* que se tornou lendário, durando cinco anos e afeitando a atmosfera da faculdade por mais dez.

Quando as Forças Armadas tomaram o poder, em 1964, os alvos imediatos da proscrição foram principalmente políticos e pessoas mais ligadas a eles. Com os militares à sua procura, Fernando Henrique preferiu fugir para o Chile. Na universidade, a maioria de seus colegas continuou a trabalhar quase sem ser molestada. Naqueles anos, quando a ditadura radicalizou a oposição intelectual, sem, entretanto, reprimi-la, a faculdade, na Rua Maria Antônia, tornou-se um lugar inesquecível.

O edifício modesto, baixo, situado perto do Centro da Cidade, com uma fachada encardida e interior lúgubre, cercado de inúmeros bares e lanchonetes, para as quais sua vida se extravasava continuamente, era como uma caverna mágica de idéias e paixões — sobre tudo políticas. A conexão francesa ainda estava ativa: sem dúvida, para qualquer pessoa procedente de Londres, a cena continha elementos de uma versão tropical do século. Mas também era muito animada. Do ponto de vista intelectual, o seminário sobre *O Capital* antecedeu o famoso seminário da École Normale. Aqui em São Paulo — a descoberta causou um choque, em 1966 — já existia *Origens da Diáletica do Trabalho*, de Giannotti, um estudo da matriz feuerbachiana do jovem Marx, muito mais erudito que qualquer um publicado

Epitácio Pessoa/AE — 23/8/92



Nas ruas contra o poder: PT desencadeia processo de impeachment

Clóvis Ferreira/AE — 16/8/92

País estivesse seguro contra a subversão, iniciou sua lenta abertura institucional. Imediatamente, o partido de oposição que o próprio regime havia criado — o MDB, designado como o alter ofício para o ego do governo — ganhou terreno rapidamente, como frente unida contra a ditadura.

Em 1978 Fernando Henrique concorreu a uma vaga ao Senado na chapa do MDB em São Paulo, mas foi derrotado. Ficou em segundo lugar e, nos termos de uma lei militar promulgada pouco antes, tornou-se suplente do candidato vitorioso. Quatro anos depois, quando o senador André Franco Montoro foi eleito governador, o substituto ocupou a vaga. Foi um ingresso privilegiado no mundo da alta política. Ele ainda tinha muito a aprender.

Em 1985, ainda senador, ele concorreu ao cargo de prefeito de São Paulo. Posando com exagerada confiança para os fotógrafos na sede da Prefeitura, na véspera da eleição, ele provocou reação e parou. Mas no ano seguinte houve novas eleições para o Congresso. Aquela altura, o partido que ele passara a integrar, o PMDB, não estava mais na oposição: era a base oficial do presidente Sarney. A emissão da nova moeda, o cruzado — que reduziu a inflação só por alguns meses, antes da eleição — deu a maioria esmagadora de votos ao partido em todo o País, conduzindo Fernando Henrique novamente ao Senado, por grande margem de votos.

O Plano Cruzado malogrou logo após as eleições. Sarney perdeu todo o crédito e o PMDB — que nunca foi mais que uma colcha de retalhos — começou a se desmanchar pelas costuras. Em 1988, Fernando Henrique, que a essa altura era presidente do Senado, e um grupo de colegas, separaram-se do PMDB para fundar o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). No seu caso, a mudança cristalizou uma evolução política. No PMDB — uma frente que aceitava de tudo, desde comunistas não-declarados até colaboracionistas não-muito arrependidos — as posições ideológicas permaneciam tipicamente veladas ou indeterminadas.

Com o passar do tempo, entretanto, Fernando Henrique passou a favorecer de modo cada vez mais claro, uma estratégia política para recrutar com a direita euro-socialista. O objetivo do PSDB era converter-se na versão brasileira do partido de Felipe González, primeiro ministro espanhol, ou do partido de François Mitterrand, presidente francês. A princípio o projeto de uma democracia social modernista parecia frágil. No primeiro turno da eleição presidencial de 1989, o candidato do partido foi facilmente derrotado por dois rivais situados à sua esquerda, o sindicalista radical Lula, que concorreu pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e o veterano populista Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista, herdeiro da herança getulista. No segundo turno, o PSDB apoiou Lula contra Collor, com alguma hesitação. Mas muitos de seus eleitores — principalmente em São Paulo, onde o equilíbrio eleitoral era crítico — optaram por Collor, consolidando sua vitória.

O novo presidente, que chegou ao poder graças à televisão, não contava com nenhuma base organizada no Congresso. Para comandá-lo, tentou governar o País com um grupo heterogêneo de pessoas que nomeou pessoalmente — na maioria amadores sem experiência com partidos. Quando suas tentativas de controlar a inflação malograram totalmente, Collor mudou de atitude e tentou atrair políticos de certo peso para o seu governo. O PSDB estava entre os partidos aos quais fez aberturas.

Convidados a ocupar cargos no governo Collor, os líderes pessedebistas se dividiram. Fernando Henrique incluiu-se entre os que eram a favor de participar do gabinete colhido. Um mês depois, o escândalo da corrupção presidencial — que já fervilhava — entrou em ebulição. Tão logo o Congresso iniciou uma investigação formal, Collor se tornou um intocável político. Fernando Henrique escapou por pouco. Se as investigações não tivessem sido iniciadas rapidamente, ele poderia ter pago um alto preço por sua disposição de trabalhar com Collor. O PSDB não teve participação de destaque nas investigações subsequentes do Congresso: o mérito pelo desmascaramento do presidente coube, principalmente ao PT.